

A HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO MEXICANA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI: TENDÊNCIAS GERAIS E NOVAS PERSPECTIVAS

Carlos Alberto Sampaio BARBOSA¹
Maria Aparecida de Souza LOPES²

- **RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir, em linhas gerais, as principais tendências historiográficas da Revolução Mexicana. O trabalho se divide em três partes nas quais são descritas, em ordem cronológica, as obras mais significativas, que foram publicadas durante o século XX dentro e fora do México, e que tinham como temática a discussão do processo revolucionário em si, bem como livros e artigos que puseram em revisão os postulados teóricos deste tema. Destacamos que as polêmicas centrais sobre a Revolução giraram em torno do caráter agrário desta e do alcance das reformas sociais propostas pelos governos pós-revolucionários.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Revolução Mexicana; historiografia; Revolução; América Latina.

A Revolução Mexicana ou as "Revoluções Mexicanas", como a partir de uma perspectiva se denominou o grande movimento armado que ocorreu no México entre 1910 e 1917, foi e é objeto de diversas controvérsias. Nos últimos anos, já se questiona a necessidade de estudá-la isoladamente por causa da extensa produção historiográfica sobre o tema – sumamente rica no que se refere à análise teórica e metodológica –, que conseguiu não somente revisar o "revisiconismo", mas também

1 Departamento de História – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800-906 – Assis – SP.
E-mail: casb@assis.unesp.br.

2 Departamento de História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – 14400-690 – Franca – SP. E-mail: souza@franca.unesp.br.

construir um sólido *corpus* bibliográfico que contempla as relações internacionais, estudos biográficos (desde as principais figuras militares e líderes civis até atores sociais pouco conhecidos, como mulheres e crianças, entre outros), histórias regionais, aspectos ideológicos, culturais e materiais. Toda essa produção historiográfica esteve acompanhada da publicação de uma ampla gama de memórias, dicionários e crônicas imprescindíveis para compreender os acontecimentos da segunda década do século XX mexicano.

Por esse motivo, as interpretações acerca das causas e do significado da Revolução variam bastante, dos primeiros estudos escritos praticamente durante os levantes armados – alguns dos quais “satanizam” o *porfiriato* e propugnavam o caráter “vencedor”, “legítimo” e global da Revolução – atravessou-se uma fase de “regionalização” que colocou em evidência as diversidades locais dos movimentos. Ao ressaltar as especificidades geográficas, questionou-se a qualidade “redentora”, assim como o legado “revolucionário” dos acontecimentos de 1910. Em razão desses fatores, alguns autores advogaram por substituir o termo “revolução” pelo de “revolta”, posto que viram mais continuidades que reformas na estrutura econômico-social mexicana do final do século XIX e da terceira década do XX. Também foram incorporados ao discurso historiográfico atores que anteriormente haviam sido relegados pelos estudos precedentes, que insistiam em descrever os acontecimentos revolucionários relacionados às grandes figuras militares. Nos últimos dez anos, retorna-se a uma visão geral dos acontecimentos de 1910 não somente no que diz respeito à abordagem geográfica, mas também no âmbito temporal. A análise do *porfiriato*, assim como dos anos posteriores à luta armada, tornou-se praticamente imprescindível. De fato, poucos são os estudos atuais que se circunscrevem exclusivamente ao contexto dos combates armados, e, em alguns casos, se analisam os anos de 1930 ou 1940, duas décadas fundamentais para o desenvolvimento do Estado pós-revolucionário. Este artigo reúne algumas obras sobre a Revolução Mexicana nestas três tendências – *grosso modo* denominadas “agraristas”, “reversionistas” e “análises contemporâneas” – que correspondem à divisão temática deste. Essa “agrupação” responde a uma necessidade meramente expositiva e não tem a intenção de enquadrar os autores e seus estudos em blocos monolíticos ou homogêneos.

Devemos esclarecer que é sumamente arriscado e complicado fazer um balanço historiográfico dessa natureza, não somente pela impressionante quantidade de trabalhos disponíveis, como também por sua qualidade e complexidade teórico-metodológica. Dessa forma, é evidente que deixaremos de lado ou mencionaremos de maneira breve a grande maio-

ria dos estudos escritos sobre o tema ao longo do século XX. O nosso objetivo primordial é oferecer ao público brasileiro uma perspectiva histórica e geral sobre a condição atual da historiografia da Revolução Mexicana, motivo pelo qual tivemos que estabelecer alguns critérios para selecionar as obras mencionadas neste artigo. Além de limitarmos às publicações mais significativas e/ou recentes que se centraram na análise das questões fundamentais da Revolução – causas, principais protagonistas, caracterização e conseqüências –, pareceu-nos importante dar a conhecer referências bibliográficas que não encontramos nos acervos brasileiros. Também citaremos alguns artigos e livros coletivos orientados à discussão e revisão dos postulados e do legado dos anos 1910-1917 para a sociedade mexicana. Infelizmente, não foi possível aprofundarmos em um grupo imenso de análises sobre alguns personagens revolucionários, como o livro clássico de John Womack (1994) sobre o zapatismo e o último de Friedrich Katz (1998) acerca de Francisco Villa. Em todo caso, sempre que for necessário e possível, faremos menções bibliográficas às quais o leitor interessado poderá recorrer para aprofundar aspectos precisos acerca da temática geral tratada neste ensaio.

Apesar das dificuldades que os pesquisadores de história da América enfrentam no Brasil, devemos mencionar a existência de um conjunto importante de obras e autores dedicados ao estudo da Revolução Mexicana no nosso país. Entre os quais destacamos Ana Maria Martínez Córrea (1983), Werner Altmann (1992), Héctor Alimonda (1986) e Marco Antonio Villa (1984, 1992, 1993). Em contrapartida, no campo editorial, algumas traduções recentes, como a do livro de Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, *A sombra da revolução mexicana*, ampliaram as possibilidades de divulgação de obras pouco conhecidas entre o público brasileiro. Essa produção editorial tem sido acompanhada de uma ampla discussão no meio acadêmico nacional por meio de teses de mestrado e doutorado, além da publicação constante de artigos em revistas especializadas. Finalmente, devemos reconhecer que é praticamente impossível dissociar a imagem ou a historiografia da Revolução Mexicana da evolução do partido que se transformaria no seu principal porta-voz, o Partido Revolucionário Institucional – originalmente Partido Nacional Revolucionário, fundado em 1929 pela cúpula do governo do presidente Plutarco Elías Calles – que, como o próprio nome revela, proclamou-se como o resultado “institucional” e legítimo dos conflitos de 1910-1917. De maneira relativamente constante, podemos seguir a tendência e a orientação geral dos trabalhos sobre a Revolução a partir do curso desse partido na história do México contemporâneo.

Primeiras análises.

A revolução como triunfo e redenção

Apesar das divergências sobre as causas, o significado e os resultados da Revolução Mexicana, existe um consenso acerca de que, em vésperas de 1910, o México era um país basicamente agrário. O desenvolvimento econômico do país nas duas últimas décadas do século XIX aprofundou as divisões sociais e transformou os camponeses, de algumas zonas do campo mexicano, num "proletariado" rural. A política econômica *porfiriana* não somente havia intensificado o processo de concentração da propriedade, com diferenças regionais bastante marcadas, como também havia promovido meios legais para atacar os pequenos proprietários, camponeses e comunidades indígenas que foram, paulatinamente, despojados de suas terras. Essa situação fez que muitos historiadores afirmassem que em 1910 a sociedade mexicana se encontrava dividida entre uma enorme massa de *campesinos desposeídos* e um grupo pequeno de latifundiários. Assim, aproximadamente até meados da década de 1960, a explicação aceita das causas da Revolução se fundamentava nessa polarização: os camponeses mexicanos levantaram-se em 1910 contra essa opressão, para corrigir as injustiças, especialmente em matéria agrária, que a ditadura *porfirista* havia exacerbado.

Outro fenômeno atribuído ao *porfiriato* foi a centralização política. Depois de anos de desajustes políticos, guerras civis e internacionais – em 1848 quase metade do território mexicano foi anexada aos Estados Unidos –, o México alcançou certa estabilidade durante os anos em que Porfirio Díaz governou o país. Essa tranquilidade relativa foi possível em razão dos acordos que se estabeleceram entre os investidores nacionais e estrangeiros, sobretudo norte-americanos, e com os grupos locais de poder que haviam dominado a cena política mexicana, ante a debilidade do Estado central, praticamente desde o final das guerras de independência até a expulsão dos franceses em 1867. Porfirio Díaz foi considerado pelos observadores contemporâneos como o responsável direto pela "pacificação" do país e pela adesão dos governadores à sua política de "conciliação". Alguns dos agentes da centralização política foram os *jefes políticos*, funcionários federais, leais ao presidente e por ele designados, que mantinham o controle sobre quase todos os assuntos político-administrativos dos Estados da república. A partir desses personagens, Díaz não somente estava atento a todos os acontecimentos das zonas mais remotas da capital do país, como também os controlava. A eclosão do movimento armado no México em 1910 foi, em grande me-

da, resultado da combinação destes dois fatores: centralização política e pressões econômicas. Os trabalhos aqui analisados põem maior ênfase num ou noutro aspecto para conformar o panorama das causas "explicativas" da Revolução Mexicana. Esse posicionamento oferece uma linha analítica que podemos seguir para conhecer as pautas historiográficas dos autores e das propostas teóricas defendidas em suas pesquisas.

Os primeiros escritos sobre a Revolução Mexicana têm em comum, além da perspectiva eminentemente agrarista e popular, uma busca das causas da Revolução no passado remoto. De acordo com a tendência geral desses estudos, as divergências sociais que eclodiram em 1910 tinham um início preciso: o modelo econômico implementado pelos espanhóis que fomentou a divisão da sociedade mexicana entre grandes latifundiários, *pueblos* ou comunidades indígenas e camponeses sem-terras. Ao longo do período colonial e até mesmo depois da independência, essas desigualdades foram acentuadas; o *porfiriato*, nesse caso, representou o ponto de culminação desse "projeto econômico", que aperfeiçoou o *latifundismo* – modo de propriedade que prevaleceu até 1917 –, pois o sistema e seus representantes conseguiram combinar desenvolvimento econômico com a instauração de leis para atacar "legalmente" as *tierras comunales de los pueblos* e a pequena e média propriedades. Assim, o levantamento iniciado em 1910 teve a grande tarefa de mudar não somente as condições sociais imediatas de que padecia grande parte da população mexicana, mas todo um legado de exploração, proveniente do século XVI. Um terceiro elemento compartilhado por esses escritores diz respeito aos principais "atores revolucionários". A Revolução descrita por essa "primeira geração" de historiadores é um movimento dos grupos e líderes vencedores. Embora concordassem em que houve uma participação geral da sociedade mexicana nos levantamentos e que os principais sujeitos revolucionários foram os camponeses motivados pela luta contra a exploração rural e pela reforma agrária, pouco espaço foi concedido aos projetos que não vingaram; a narrativa desses autores concentra atenção naqueles personagens que conformaram a "síntese revolucionária nacional", como Venustiano Carranza, ou nos governantes pós-revolucionários.

Com algumas divergências, os trabalhos de Jesús Silva Herzog e Frank Tannenbaum compartilham essas características. Segundo Herzog (1969, p.7), "a causa fundamental desse grande movimento social, que transformou a organização do país em todos ou quase todos seus variados aspectos, foi a existência de enormes *haciendas* em poder de umas quantas pessoas de mentalidade conservadora ou reacionária...".

Nessa linha de argumentação, Tannenbaum insiste em dois fatores: de um lado, na contradição existente entre os níveis de “modernização” econômica que o México atingiu durante o *porfiriato* e as condições de sobrevivência da grande maioria da população mexicana, e, de outro, nas conseqüências da destruição da organização dos *pueblos*, ocasionada pelo processo de alienação de grandes partes do território nacional nas mãos de proprietários estrangeiros, especialmente dos norte-americanos. Esses elementos, no seu entender, constituíram o pano de fundo dos conflitos de 1910. As apreciações desses dois autores, com respeito às causas fundamentais da Revolução, estão intimamente relacionadas com uma visão extremamente crítica acerca das relações de produção e da debilidade econômica do sistema agrícola mexicano. Herzog (1969, p.25) afirma que um dos problemas fundamentais do campo mexicano era a ausência do fazendeiro: “o *hacendado* mexicano do final do século passado e princípio do XX não era efetivamente agricultor, não era homem do campo, mas sim *señorito* da cidade”. A definição também é empregada por Tannenbaum (1929, p.130 ss.), que descreve a *hacienda* como um latifúndio auto-suficiente com caráter de centro político militar, porque se regia por meio de “leis internas” praticamente independente do resto do país: “Devemos concluir que o sistema de *hacienda* era uma estrutura política feudal que não contribuiu materialmente para o desenvolvimento econômico do México”.³

Assim, juntos, o *hacendismo*, ou seja, o *latifundismo*, o *absenteísmo* e as *tiendas de raya* foram as três causas principais do mal-estar no campo mexicano.⁴ A posição de Herzog com relação à Revolução é claramente agrária e populár, pois, na sua opinião, os mestiços e indígenas explorados do campo mexicano foram os sujeitos da luta contra a *hacienda*, a sacristia e o quartel. Nesse sentido, esse autor aproxima-se de alguns historiadores contemporâneos quando questiona a introdução acelerada do capitalismo em uma estrutura “atrasada”. Como veremos, John Hart caracteriza a Revolução como uma reação à quebra de uma economia de cunho nacional e tradicional contra a introdução do capitalismo inter-

nacional. Cabe até mesmo notar um traço comum a respeito da perspectiva de longa duração, quando aquele autor lembra que a estrutura mexicana da propriedade provém de mais de quatrocentos anos, ou talvez até de antes do período espanhol. Veja essa próxima passagem de Tannenbaum (1929, p.142-3):

Esse feudalismo industrial, deve ser lembrado, era muito complexo. Era uma estrutura político e social que tinha sido construída pela força, conquista e imposição. Era uma estrutura social, que tinha por base o que sobrou de uma população índia que nunca tornou-se completamente “europeizada”, que conservou, apesar dos 400 anos de dominação branca, o essencial da raça e organização social dos dias pré-hispânicos.

Para Herzog, a primeira parte da Revolução, comandada por Francisco I. Madero, surge de um movimento de caráter eminentemente político: “Outra vez se observa claramente que a Don Francisco I. Madero importavam sobretudo os problemas políticos, ocupando um lugar secundário em seu quadro de idéias e princípios os de caráter econômico e social”. Enquanto a adesão popular se dá com objetivos bem definidos – a resolução do problema agrário, como se nota de maneira patente no caso de Zapata: “A nosso entender, o caso de Zapata e seus companheiros é bem claro. Ele e os seus se lançaram rapidamente à Revolução, não porque lhes houvessem eletrizado as palavras mágicas de sufrágio efetivo e não reeleição ... mas porque acreditavam nas promessas agrárias do parágrafo...”, terceiro do Plan de San Luis Potosí redigido por Madero e seguidores. Na concepção desse autor, apesar de Madero falhar por não ter resolvido o principal problema econômico-social do México, ou seja, a questão agrária, a partir do momento em que se realiza uma nova coalizão liderada por Venustiano Carranza – que aglutina os setores mais populares em pugna contra o general Victoriano Huerta, em 1913 –, inicia-se, propriamente dita, a fase da luta de classes dentro da Revolução Mexicana (Herzog, 1969, p.153).

Essa luta é bem definida quando ele estabelece a composição das facções sociais em disputa: do lado de Huerta estavam os banqueiros, os grandes industriais e comerciantes, o exército federal, os *hacendados* e o alto clero. Carranza e os chefes que o secundaram foram apoiados pelos intelectuais, pelos trabalhadores das minas, das oficinas, das fábricas, e sobretudo pelos camponeses. Dessa forma, apenas o programa *carranzista* foi capaz de plasmar um projeto nacional e aglutinar os diferentes grupos armados. Segundo esse autor, tanto os revolucionários do Norte, liderados por Francisco Villa, como os do Sul, encabeçados por

3 Tannenbaum foi um intelectual que deu suporte à campanha de Roosevelt. Quatro anos após escrever esse livro, redige outro onde projeta a Revolução Mexicana para o futuro, nesse devir imaginava um desenvolvimento industrial urbano tendo por base uma forte produção agrícola respaldada fundamentalmente nas pequenas e médias comunidades rurais, os *ejidos*. Esse seria o caminho do desenvolvimento mexicano, paralelamente a melhorias sociais para os trabalhadores da cidade e do campo (Tannenbaum, 1968).

4 As *tiendas de raya* eram lojas ou armazéns das *haciendas* que mantinham o trabalhador vinculado ao grande proprietário pela obrigação da compra dos mantimentos necessários à sua subsistência por um preço supervalorizado, acarretando uma dívida praticamente eterna.

Emiliano Zapata, não tinham um projeto nacional de governo. No caso do líder nortenho, era considerado despreparado intelectualmente para assumir a liderança do país, pois carecia de um programa ideológico. A respeito do movimento *zapatista*, Herzog ressalta duas características: de um lado, considera que o *Plan de Ayala* se referia basicamente aos problemas agrários e, de outro, enfatiza o fato de que o grupo liderado por Zapata estava restrito militarmente a uma pequena região geográfica do país, o Estado de Morelos, o que tomava a sua posição muito frágil em face de suas pretensões políticas. No entanto, apesar dessa debilidade político-militar, Herzog reconhece a força ideológica do projeto agrário *zapatista* e sua importância no contexto revolucionário, sobretudo porque parte dessas propostas foi incorporada nos planos *carranzistas* de governo.

A periodização do livro de Herzog baliza a Revolução Mexicana entre 1910 e 1917. Sua explicação sobre as raízes dos problemas agrários mexicanos fica restrita ao primeiro capítulo do livro, no qual analisa o período compreendido entre a conquista no século XVI até o início do XX. Essa divisão esclarece sua posição quanto ao final da Revolução. Herzog identifica 1917 – a data da promulgação da Constituição pós-revolucionária – como o momento conclusivo do movimento armado e, portanto, como o evento fundador do novo Estado revolucionário. À semelhança de Herzog, Frank Tannenbaum concebe 1917 como uma ocasião-chave de consolidação das principais demandas revolucionárias, e, apesar de este último autor estender sua análise até os anos 30, seu objetivo é ressaltar o significado do projeto de Estado *carranzista* e as reformas institucionais promovidas por essa facção a partir de 1915.

Tannenbaum divide a Revolução em dois momentos. A primeira fase vai de 1910 a 1920, considerada como o período de eclosão da revolução popular contra a tirania militar e a “aristocracia feudal”. O autor compreende que na fase inicial da Revolução surgiram diversos movimentos armados que careciam de um programa ideológico definido, porém paulatinamente vão incorporando demandas sociais, tais como a resolução do problema agrário e a promulgação de novas leis trabalhistas para os grupos urbanos. A segunda fase compreende os anos 1920 a 1928, quando a Revolução se restringe a uma seqüência de rebeliões militares contra as conquistas sociais, ou seja, as leis agrárias e trabalhistas instituídas pela Constituição de 1917. O autor entende que um levantamento armado que surgiu de maneira turbulenta, sem planos ou formulações ideológicas, resultou numa revolução democrático-burguesa que incorporou algumas demandas populares. Na visão de Tannenbaum, a Revolução representou uma espécie de “ponte” entre um regime

“aristocrático-feudal” para outro “democrático-burguês”, que se cristalizou com a promulgação da Constituição de 1917 e a resolução do principal problema mexicano, a questão agrária, plasmado no artigo 27.

De acordo com os dados fornecidos por Tannenbaum, no início do século XX, o México era um país predominantemente rural, tendo quase 74% da sua população morando no campo, dos quais cerca de 80% residiam em lugares com menos de quatro mil indivíduos, na sua grande maioria mestiços e indígenas. Em 1910, uma alta porcentagem dessa população rural estava classificada como *peones acasillados* (residiam numa *hacienda*) e *vecinos de los pueblos* (*free villages*). O *industrialismo* incipiente do *porfiriato* trouxe consigo um rápido incremento do custo de vida sem uma correspondência no aumento dos salários. Existe uma relação lógica entre o rápido crescimento industrial e o início da Revolução em 1910. O isolamento do país do resto do mundo até meados do século XIX fez que não sofresse influência direta do que acontecia em outros países. Essa autonomia relativa foi quebrada com o desenvolvimento da política econômica de Porfirio Díaz, cujos resultados mais significativos foram: a introdução das estradas de ferro, o desenvolvimento de uma classe operária relativamente independente, o crescimento das cidades, a expansão do mercado e o incremento do custo de vida, além de atrelar definitivamente a economia mexicana à norte-americana. No plano político, temos uma forte centralização disfarçada por um governo democrático encobrindo um controle de um pequeno grupo social sobre o país. Socialmente ocorre uma política de discriminação racial que favorecia o branco contra os indígenas, considerados “párias em sua própria terra”. Essa “modernização”, segundo o autor, política, econômica e social, propiciou conseqüências que seus idealizadores não previam, assim a violenta destruição das propriedades comunais, a alienação de extensos territórios a estrangeiros, o surgimento de um movimento operário com novos ideais e as disputas internas ao grupo dominante criaram uma complicada teia política que fomentou o surgimento da Revolução Mexicana (Tannenbaum, 1929, p.26-7, 144-54).

Os principais protagonistas revolucionários são descritos de forma muito sumária por Tannenbaum. Madero é considerado um rico proprietário sonhador que ficou entre duas opções: de um lado, o velho regime representado pelo general Bernardo Reyes, por Pascual Orozco e Felix Díaz, que simbolizavam o conservadorismo e a manutenção da antiga política *porfirista*; e, de outro, a rebelião *zapatista*. Apesar de Tannenbaum considerar Zapata como um dos principais líderes da Revolução, ressalta o fato de que sua “obsessão” pela devolução das terras levou o Estado de Morelos à ruína. A importância de Zapata residiria no fato de

que o movimento por ele liderado tornou-se sinônimo de agrarismo e de sua imagem ter influenciado o *indigenismo*, um dos pilares da ideologia gerada durante a Revolução. Carranza é descrito como um personagem secundário, apoiado por Obregón, que concretizou uma aliança com os trabalhadores urbanos, formando os Batalhões Vermelhos, que ajudaram a derrotar o antigo aliado Pancho Villa.⁵ Este último é visto como um bandido com extraordinária energia militar e o suporte do governo dos Estados Unidos. Tannenbaum considera que Carranza, o chefe da revolução constitucionalista, não tinha uma proposta agrária durante grande parte da luta armada, vindo apenas posteriormente incorporar leis que captaram a atenção dos combatentes oriundos das facções agrárias. Por esse motivo, apenas com a chegada de Obregón e posteriormente com Plutarco Elías Calles, a Constituição de 1917 foi efetivamente colocada em prática e a estabilidade política alcançada.

Cabe uma última observação, que marca essa obra, considerada clássica, pois os pontos de vista de seu autor ainda são atuais e retomados pela historiografia contemporânea sobre os anos 1910-1917 no México. Tannenbaum (1929, p.393-4) ressalta a complexidade da Revolução Mexicana no cenário internacional.

A revolução mexicana continua. Seu futuro e influências poderão ser tão variados e importantes como outras que já aconteceram. Olhando de fora, a revolução mexicana é mais uma das séries de convulsões nacionais que aconteceram desde 1910. Pode ser vista como uma parte de uma série de fenômenos gerais, os quais incluem as revoluções turca, chinesa e russa, assim como as amplas mudanças nacionais resultado da Grande Guerra. Olhando mais restritamente do ponto de vista do continente americano, a revolução mexicana representa uma nova nota na política latino-americana, nova não somente nas idéias geradas pelas políticas formuladas, mas na composição racial e econômica dos grupos que participam do governo. O México é o primeiro país da América Latina no qual a massa da população abaixo da linha da pobreza alcançou o acesso ao domínio do político além do aspecto figurativo. Olhando internamente, a revolução mexicana significou uma tentativa de deter o imperialismo estrangeiro, destruir a autocracia militar, ressuscitar aos indígenas, e diminuir a distância entre o feudalismo e a democracia.

⁵ Os Batalhões Vermelhos surgem após a assinatura do pacto de Venustiano Carranza com a Casa del Obrero Mundial (central sindical mexicana). Realizado por iniciativa do general Álvaro Obregón em fevereiro de 1915, são organizados seis batalhões formados com operários em troca de leis trabalhistas e uma maior tolerância para com as greves.

A obra de Eyler Simpson, *The Ejido Mexico's Way Out*, não é um estudo específico sobre a Revolução Mexicana. O objetivo central do autor é apresentar uma caracterização sobre um dos principais resultados de 1910: a propriedade *ejidal*. Nesse sentido, apesar de Simpson compartilhar determinados pontos de vista a respeito da Revolução com seus contemporâneos, é necessário ressaltar algumas discrepâncias, principalmente porque seu interlocutor direto é Tannenbaum. A demanda pela terra e a posterior implementação do sistema *ejidal* foram, de acordo com Simpson, os aspectos que fundamentaram e deram um sentido à Revolução e aos camponeses sem objetivos ideológicos claros, que se levantaram em distintas partes do México a partir de 1910. Na concepção desse autor, o *ejido* representou um dos poucos resultados verdadeiramente revolucionários das lutas de 1910 e 1917. Tal como Herzog e Tannenbaum, Simpson (1937, p.43 ss.) considera o elemento agrário como uma das causas fundamentais da Revolução e agrega outros fatores: a influência dos emigrantes mexicanos que haviam estado nos Estados Unidos e experimentado níveis de vida diferentes, a ampliação do mercado de trabalho que acabou por propiciar salários mais altos e abrir novas possibilidades para os *peones acasillados*, o aumento do custo de vida nos primeiros anos do século XX, entre outros fatores, mas discorda dos autores que vêem na reforma agrária e no sistema *ejidal* uma linha de continuidade do "coletivismo" mexicano legado do período anterior à conquista.

De fato esse autor é bastante crítico com respeito a eficácia do sistema *ejidal* como provedor de produtos agrícolas para o mercado interno mexicano. De certa forma, Simpson já começava a desenhar, contradizendo seus contemporâneos, uma crítica à Revolução como redentora de todos os males da sociedade mexicana. Apesar de a sua tese fundamental tender a confirmar que o *ejido* representava o melhor caminho para o desenvolvimento econômico mexicano, na sua perspectiva também era necessário fazer algumas alterações para que esse sistema de propriedade fosse capaz de revitalizar a produção agrícola e que pudesse ser o principal meio para "socializar" as terras e águas nacionais. Em suma, Simpson elabora uma série de conselhos que visam manter algumas das principais demandas dos grupos revolucionários – no âmbito da terra – e transformar o *ejido* num sistema de propriedade "produtivo", congruente com o processo de industrialização que se estava desenvolvendo no México na primeira metade do século XX.

Outro historiador que compartilha algumas características com os autores anteriores, François Chevalier, escreve o artigo "Un factor deci-

sivo de la revolución agraria de México: el levantamiento de Zapata (1911-1919)", que consideramos um marco dentro da historiografia sobre a Revolução Mexicana. Chevalier, apesar de estar ainda dentro dos parâmetros do que nós caracterizamos como primeira geração de historiadores sobre a Revolução, anuncia em seu trabalho uma proposta de pesquisa de uma realidade regional específica. No caso desse artigo, ele desenvolve uma argumentação bem-fundamentada – até por seus estudos precedentes sobre a origem das *haciendas* no México – sobre a eclosão da Revolução no Estado de Morelos, fruto da tensão constante entre as *haciendas* e as comunidades indígenas. O levantamento *zapatista* surge, segundo esse autor, como "o último elo de uma larga cadeia que abarca" todo o México e vem de um passado de várias lutas. Apesar de reconhecer que o movimento *zapatista* tinha todas as características de outras rebeliões camponesas anteriores, a sublevação de Morelos assumiu proporção de uma revolução social, enquanto os outros grupos tinham um caráter apenas político. Essa firme posição *zapatista* forçou as diferentes tendências revolucionárias a incorporarem em seus planos cláusulas sociais. Com seu trabalho, Chevalier (1960, 1985) elabora uma síntese rigorosa e fecunda, lança novas luzes sobre o estudo da Revolução e influencia diversos pesquisadores com suas novas propostas metodológicas e analíticas de estudo de um grupo particular desse movimento.

Essa primeira geração de historiadores e escritos sobre a Revolução Mexicana apresentou as bases dos estudos posteriores que se fizeram sobre o tema. Apesar das críticas que receberam e do fato de algumas teses terem sido questionadas, alguns postulados permanecem vigentes, aos quais ainda se recorre para compreender e conhecer as "primeiras impressões" sobre a Revolução. Prova é que alguns contemporâneos regressaram aos clássicos confirmando a importância de suas interpretações.

A revolução questionada: os revisionistas

A segunda geração de autores que se dedicou ao estudo da Revolução Mexicana é denominada "revisionista", porque esses autores utilizaram uma nova abordagem metodológica e foram os primeiros a traduzir críticas severas às interpretações clássicas do tema. Em razão da heterogeneidade da produção historiográfica desse grupo, subdividimos este item em duas partes. Num primeiro momento, dedicamo-nos aos

escritos de caráter teórico que questionaram a base fundamental dos precedentes, negando o título de "revolução" para os acontecimentos registrados entre 1910 e 1917 no México. Como veremos, alguns desses autores estabelecem esse postulado a partir da convicção de que os líderes e as facções revolucionárias mais radicais foram derrotados prematuramente e de que a síntese revolucionária de 1917 refletiu tão-somente os interesses dos grupos mais conservadores; por esse motivo, propõem um regresso analítico aos projetos vencidos. Num segundo momento, analisaremos os trabalhos dos historiadores que propuseram, além de uma nova interpretação da Revolução, uma aproximação metodológica regional ao mosaico de movimentos armados que ocorreram, a partir de 1910, em quase todo o México. O auge dessa última tendência deveu-se em grande parte a um processo de "descentralização" da pesquisa histórica no México. A partir da década de 1960, fundaram-se novos centros dedicados exclusivamente ao estudo das "histórias regionais" como a *Sociedad Mexicana de Estudios Regionales*, processo que coincidiu com o fortalecimento das universidades do interior do país e que permitiu uma maior e melhor divulgação das pesquisas que se faziam fora dos grandes núcleos de investigação, em sua maior parte concentrados na cidade do México (Wasserman, 1990; Ronzón León, 1994, p.16; Fowler-Salamini, 1993).⁶

Estudos teóricos e novos personagens

Uma das críticas mais contundentes à visão tradicional da Revolução Mexicana foi elaborada pelo historiador Ramón Eduardo Ruíz (1980, p.5 e 7), cujo livro *The Great Rebellion. México, 1905-1924* talvez seja um dos exemplos mais representativos da historiografia revisionista: "considerando a definição de Revolução como uma catarse repentina, violenta, social e econômica, o que faz o levante mexicano de 1910 ser caracterizado como uma Revolução?". O questionamento desse autor acerca das premissas fundamentais de 1910 – tomadas até a década de 1970 como "verdadeiras" e quase universalmente aceitas – é tão sério que, na sua visão, o único termo válido é "rebelião". "A Grande Rebelião, talvez seria uma descrição mais exata do que aconteceu entre 1911

⁶ Um recurso imprescindível para a história regional da Revolução é o *Diccionario histórico y biográfico de la Revolución Mexicana* (1994).

e 1923, foi tanto um fenômeno do século XIX como um sinal do futuro". Ainda que os ideais de 1910 no México refletissem princípios revolucionários, na concepção desse autor, a continuidade do projeto de sociedade do *porfiriato* e, o que é mais contundente, o impulso dado ao sistema capitalista esvaziariam o termo de sentido no caso mexicano. Em contrapartida, aquelas figuras que propuseram as transformações sociais mais radicais, como Emiliano Zapata e Ricardo Flores Magón, foram praticamente eliminadas; dessa forma, afirma Ruíz, pouco do que restou de 1910 foi realmente popular e revolucionário.

Ainda que Ruíz aceite como causas explicativas da Revolução aquelas que foram estabelecidas pelos estudos clássicos, sua maior discrepância reside na caracterização de alguns revolucionários e nos "resultados" do movimento armado. Na sua opinião, a classe média – aliada com certas facções da elite mexicana – pretendia somente estabelecer mudanças de cunho administrativo, pois Porfirio Díaz havia dificultado sua participação política; isso fez que a classe média contivesse o movimento dentro de certos limites. A classe operária – numericamente insignificante – não teve força suficiente para propor um projeto de sociedade alternativo. Os camponeses, que compunham a grande maioria da força de trabalho mexicana, não constituíam um grupo homogêneo, e suas demandas políticas não foram além da reivindicação pela pequena propriedade. Entretanto, a influência econômica e política dos Estados Unidos – um dos principais sinais do avanço do capitalismo no México – não só permaneceu, como cresceu depois de 1920; em suma, houve pouca ou quase nenhuma mudança social "revolucionária" no país depois de 1917.

Essa interpretação é bastante próxima à que Arnaldo Córdova (1992, p.34-7) estabelece no seu livro, *La ideología de la Revolución Mexicana*. Na visão desse autor, uma das características fundamentais do Estado pós-revolucionário foi a incorporação tutelada das massas populares num regime de governo "paternalista e autoritário", que objetivava o aperfeiçoamento do capitalismo. Nesse processo, os sindicatos, assim como o partido oficial, transformaram-se nos veículos que possibilitaram a participação popular num projeto de desenvolvimento econômico contrário a seus interesses que, em última instância, se submetia aos interesses do capital internacional. Nessa linha de argumentação, insere-se o livro *La revolución interrumpida*, escrito por Adolfo Gilly entre 1966 e 1971, quando esteve na prisão. Essa publicação ganha sentido na trajetória da participação política de Gilly e de duas interpretações originais para a época: sua periodização que coloca como clímax

da luta de classes a tomada da Cidade do México pelos exércitos populares de Villa e Zapata, em dezembro de 1914, e a afirmação de que o zapatismo foi o fator decisivo na evolução dos acontecimentos, retomando, de uma certa forma, a tese central já esboçada por François Chevalier. Gilly (1994, p.348) recupera a participação dos camponeses, ressaltando, porém, que a Revolução foi interrompida por causa da debilidade do proletariado urbano e da conseqüente inexistência de um partido que fosse capaz de costurar uma aliança operário-camponesa, daí sua conclusão de que o Estado surgido da pós-revolução é "bonapartista":

De ahí el carácter peculiar del bonapartismo de Obregón, cuyo instrumento político es el ejército y cuya base social se apoya en las masas a través del control de sus organizaciones sindicales mediante una burocracia ligada al aparato estatal. Reunía rasgos del bonapartismo clásico pos-revolucionario y del bonapartismo sui generis de la burguesía de los países atrasados.

Nessa mesma linha de argumentação, novos estudos começaram a buscar as causas das limitadas mudanças sociais no México durante a década de 1920, no fato de que as vozes revolucionárias mais radicais foram caladas prematuramente. Uma das tendências mais importantes de um grupo destacado de trabalhos revisionistas se concentrou na "recuperação" de alguns personagens "esquecidos" da Revolução Mexicana e numa revalorização dos projetos vencidos. O exemplo é absolutamente claro para as figuras de Francisco Villa e Emiliano Zapata. Ainda que, no caso deste último, possamos encontrar um consenso e uma certa "simpatia historiográfica" com relação ao conteúdo eminentemente agrarista de suas propostas, Zapata sempre foi, de algum modo, um herói da Revolução. No entanto, em relação a Villa a situação é bastante diferente. Sua figura sempre esteve atrelada a uma série de mitos, contos e histórias que tornam essa personagem atraente para qualquer pesquisador. Foi somente a partir da década de 1960 que se começou a resgatar o caráter "revolucionário" da *División del Norte* e seu líder, e o principal responsável foi, sem dúvida alguma, o historiador Friedrich Katz. Apesar de o livro mais importante desse autor sobre Villa ter sido publicado somente há alguns anos, suas propostas gerais acerca do movimento *villista* e seu líder já haviam sido divulgadas em diversas publicações anteriores. Os trabalhos de Katz (1989, p.95) partem da seguinte interrogação:

¿cómo podía un peón semianalfabeta y un bandido como Pancho Villa conseguir la organización de un ejército de treinta mil hombres, administrar uno de los estados más vastos y evolucionados de México, como lo era Chihuahua, y

obter paralelamente uma enorme popularidade em México y, al menos en los años 1913-1914, un fuerte respeto en los vecinos Estados Unidos?

Durante os últimos anos do século XIX, os Estados do norte do México atravessaram um período de desenvolvimento econômico. Em geral, os setores agrícola, pecuarista e mineiro apresentaram altos índices de crescimento, abrindo novas perspectivas de trabalho para os habitantes da região. De fato, os salários oferecidos no norte eram mais altos do que aqueles que se pagavam no centro e sul do México. A diversificação econômica regional também refletiu-se na composição social dos *villistas*: trabalhadores *semi-agrícolas* e *semi-industriales* que se alternavam como peões de fazenda, colonos, mineiros, vaqueiros e camponeses, fizeram parte da legendária *División del Norte*. Na compreensão de Katz (1991, p.89-90), a dificuldade em situar o movimento *villista* no quadro de facções revolucionárias resulta precisamente da composição heterogênea da *División del Norte*. De forma que as propostas dessa facção refletiram esse mosaico de opiniões adequado às condições regionais. A fragmentação da grande propriedade não era a única demanda dos seguidores de Villa e nem o motivo pelo qual lutavam, como no caso do movimento *zapatista*, cujos membros orientaram sua ação política e militar em nome do *Plan de Ayala*; em Chihuahua, por exemplo, um dos bastiões do *villismo*, o problema da terra não se resumia num conflito entre “*pueblos* e *hacendados*”, mas sim de contradições muito mais complexas” (Katz, 1992, p.280).

Outra figura revolucionária resgatada durante os anos 70 e 80 foi Pascual Orozco, um dos primeiros revolucionários a declarar franca oposição ao “conservadorismo” maderista. Segundo Alan Knight (1996a, v.1, p.337), Orozco liderou “o movimento antimaderista melhor organizado, o maior e abertamente político ...”, que ultrapassou os limites do norte do México. Quando Emiliano Zapata proclamou o *Plan de Ayala* em novembro de 1911, reconheceu como *jefe* da Revolução àquele líder. O plano orozquista publicado em março de 1912 revelava um forte conteúdo político, propunha a autonomia dos municípios e a supressão das *jefaturas políticas*. Entre as reformas socioeconômicas planejava a reforma agrária e a redução da jornada de trabalho (Meyer, 1984, p.71 ss.).

A busca por novos personagens a partir da década de 1960 é plasmada noutros dois trabalhos que têm como objeto de análise a participação e influência dos intelectuais na Revolução. No livro *Precursores intelectuales de la revolución mexicana*, James D. Cockcroft (1994) pesquisa a intervenção de seis importantes personagens da Revolução: Camilo

Arriaga, Juan Sarabia, Librado Rivera, Antonio Díaz Soto y Gama, Francisco I. Madero e Ricardo Flores Magón. Outro trabalho que segue essa mesma tendência é o livro de Enrique Krauze (1994), *Caudillos culturales en la revolución mexicana*, resultado de uma tese de doutoramento apresentada no El Colegio de México em 1974, que investiga a geração de 1915, também conhecida como “os sete sábios” – Antonio Castro Leal, Alberto Vásquez del Mercado, Vicente Lombardo Toledano, Teófilo Olea y Leyva, Alfonso Caso, Manuel Gómez Morín e Jesús Moreno Baca – e sua posterior relação com o Estado pós-revolucionário. Essa tentativa de construir uma biografia política coletiva, ou melhor, dos grupos intelectuais surgidos durante o período armado, tem como fios condutores dois personagens: Vicente Lombardo Toledano e Manuel Gómez Morín.

Nesse sentido, entendemos que a historiografia não é um bloco monolítico e homogêneo, mas se encontra permeada por fios que interligam as diferentes análises e influências recíprocas nos diversos movimentos históricos. Durante os anos 60 e 70, talvez o marco político mais importante que influenciou a forma como se entendia a Revolução Mexicana foi o massacre da Praça de Tlatelolco em 1968. A desilusão com a repressão governamental motivou a busca de uma nova compreensão do Estado pós-revolucionário e incentivou uma revalorização dos projetos vencidos.⁷

Estudos regionais

O livro de Romana Falcón, uma versão da tese de doutoramento defendida no princípio da década de 1980 na Universidade de Oxford, é um dos expoentes mais importantes da chamada historiografia “revisionista”. Em primeiro lugar, porque rompe com a tradição de estudos globais publicados até esse período e propõe uma análise profunda do curso da Revolução num Estado do país que aparentemente não foi cenário destacado durante os combates armados. Essa perspectiva metodológica regional permitiu que a autora incorporasse ao seu discurso atores pouco conhecidos no panorama nacional, tais como os denominados seto-

⁷ Durante o ano de 1968, uma onda de contestação à falta de democracia sacode a capital mexicana. As manifestações são organizadas principalmente por estudantes e setores da classe média e ocorrem entre julho e outubro. No dia dois de outubro, o exército e a polícia reprimem com extrema violência os manifestantes, causando várias mortes.

res médios e um grupo de líderes locais que se responsabilizou pela continuidade da Revolução em suas zonas de atuação. Em segundo lugar, Falcón estabelece uma aguda crítica aos trabalhos “tradicionais” acerca da Revolução que a interpretaram como um movimento fundamentalmente agrário, orientado por líderes populares que reivindicavam o fim do sistema *porfiriano* e a devolução de suas propriedades comunais. Segundo a autora, “a revolução em San Luis Potosí não foi, ao menos em suas origens, um movimento impulsionado pelo repúdio e pela mobilização generalizada de operários e camponeses contra a ordem estabelecida. Pelo contrário, e paradoxalmente, a revolta foi organizada em grande medida pelos beneficiários do antigo regime” (1984, p.271).

A discussão de fundo da obra diz respeito às conseqüências da dispersão do poder político que ocorreu durante a fase inicial da Revolução Mexicana. De acordo com a autora, quando Porfirio Díaz abandonou o México em 1911, o país foi privado de seu mediador e da “figura central que, na falta de verdadeiras instituições, havia conferido unidade e coerência a todos os atores e procedimentos políticos durante décadas” (ibidem, p.13). Nesse sentido, a Revolução atuou como um movimento que desintegrou a estrutura centralista *porfiriana* e que permitiu o fortalecimento dos líderes locais. Diante da ausência de um poder central organizado, começaram a brotar lideranças locais armadas que se incorporavam à Revolução, não necessariamente em razão das “injustiças” cometidas durante o *porfiriato*, mas com objetivos meramente políticos e pessoais.

Nessa linha de argumentação, Falcón introduz o conceito teórico que conduz sua análise durante todo o trabalho: o caciquismo, que de acordo com sua interpretação constituiu a base do sistema político que prevaleceu no México entre 1876 e 1910. Ao final da década de 1870, Porfirio Díaz foi o único líder que conseguiu organizar o governo federal, conquistando o apoio dos *jefes* locais e regionais que haviam dominado o cenário político mexicano, ante a debilidade do Estado central, praticamente desde as guerras de independência. No entanto, o desmantelamento do sistema político *porfiriano*, durante a fase inicial da Revolução, provocou o ressurgimento desses chefes locais. Por outro lado, como Francisco Madero não conseguiu impor sua autoridade, os mecanismos informais de poder fortaleceram-se, dando a esses líderes força suficiente para manterem-se relativamente afastados dos interesses do exército central ou das facções revolucionárias mais importantes, para que pudessem lutar por metas pessoais circunscritas aos “interesses” de sua região.

Os seguidores desses líderes – de diferentes grupos sociais – incorporaram-se na luta armada por causa dos vínculos pessoais e dos compromissos que haviam estabelecido com seus *jefes*, em troca de recom-

penas materiais ou proteção. Essa “mobilização vertical” fragilizou e, em alguns casos, praticamente anulou os levantamentos genuínos de caráter popular que ocorreram noutras partes do México, da mesma forma que eliminou a construção de um programa agrário. Na ausência de líderes populares, argumenta Falcón, surgiu outra liderança que aproveitou da Revolução para conquistar espaços na estrutura política que a oligarquia *porfiriana* havia limitado a um grupo seletivo.

Essas peculiaridades explicariam o fato de que esses líderes se converteram em verdadeiros obstáculos durante o processo de consolidação do Estado “revolucionário”, pois durante essa fase eles já haviam abandonado a luta armada para ocupar postos políticos nos seus Estados, com amplo apoio de seus antigos seguidores. Como membros da estrutura administrativa, esses líderes converteram-se nos intermediários entre o Estado central e sua região de origem, aplicando as políticas “revolucionárias” de acordo com seus interesses pessoais. Motivo pelo qual resultaram em forças centrífugas que debilitavam o governo e que paralelamente fortaleciam os mecanismos informais de poder. Paradoxalmente os novos presidentes, especialmente Lázaro Cárdenas, tiveram que utilizar os mecanismos de cooptação ou eliminação *porfirianos* para minimizar a influência desses grupos locais de poder. Assim, as metas populares da Revolução Mexicana só foram implementadas nessas zonas a partir do momento em que o Estado alcançou certa estabilidade, utilizando medidas que subjugavam os interesses dos Estados aos do centro de poder da República. Mas, segundo Falcón (1984, p.277), essa reorganização se fundamentou noutros mecanismos; “em vez de uma centralização e controle político caudilhista e pessoal como o de Díaz, surgiram outros mecanismos de mediação mais complexos, eficientes, e institucionais ... uma das grandes inovações da estrutura de poder criada pela Revolução foi, certamente, a incorporação dentro da cena política, dos trabalhadores organizados, processo que culminou com a formação do partido dominante e a criação posterior de seus setores operário e camponês”. Era, de certa forma, um regresso às metas principais da Constituição de 1857 aperfeiçoadas por Porfirio Díaz entre 1876 e 1910, mas agora revestidas de novas legitimidades.

O livro de Romana Falcón se converteu num “estudo protótipo”, tanto para os historiadores que procuraram conhecer as especificidades regionais da Revolução Mexicana como para aqueles analistas que começaram a questionar os alcances e limites de 1910, e é uma referência obrigatória no debate historiográfico atual sobre o México dos primeiros anos do século XX. Ao lado desse trabalho, também devemos mencionar a obra de Héctor Aguilar Camín (1977) sobre o Estado de Sonora, na qual

esse autor realiza um estudo detalhado sobre um grupo político, conhecido como "dinastia de Sonora", que comandou a política mexicana no período pós-revolucionário e que teve um papel importante na reorganização do Estado nacional.

Da produção estrangeira, sem dúvida alguma o livro de François-Xavier Guerra, *México. Del antiguo régimen a la revolución*, é um dos mais polêmicos. Esse trabalho não adentra a análise da Revolução em si, o corte temporal da pesquisa se inicia antes de 1876 e termina em 1911, com um capítulo sobre o levantamento de Madero. No entanto, as idéias centrais propostas sobre o *porfiriato* fizeram que esse trabalho se tornasse imprescindível para o estudo das causas, em longo prazo, da Revolução Mexicana. Inspirado pelos trabalhos de François Furet sobre a Revolução Francesa, assim como pelas propostas de Fernand Braudel acerca da análise de longa duração, Guerra propõe uma aguda crítica aos alcances revolucionários de 1910. O objetivo central do autor é compreender as características principais de funcionamento do sistema *porfiriano* e a "singularidade" do liberalismo que foi adotado no México durante as últimas décadas do século XIX. Denominado pelos revolucionários como "ditadura" e pelos contemporâneos como patriarcal, o "regime porfiriano" conseguiu subsistir por mais de trinta anos. Para explicar essa longevidade, Guerra baseia-se fundamentalmente na análise das relações de caciquismo que, de acordo com sua interpretação, constituíram o pilar estrutural do *porfiriato*.

A metodologia utilizada pelo autor consiste na análise do perfil de um amplo grupo de políticos vinculados à administração *porfiriana* nas diversas regiões do país. Esse estudo abarca uma minuciosa pesquisa biográfica dessas personagens, incluindo: estado de origem, grupo étnico, formação escolar, profissão ou grau militar, filiação política e/ou partidária, aliados, cargos políticos, adesão ou oposição aos sucessivos levantes precedentes ao *porfiriato*, entre outros. Com base nesse levantamento documental, Guerra (1988, p.21) conclui que um dos pontos de equilíbrio do sistema *porfiriano* foram os vínculos pessoais: "Pode definir-se este como a formalização das relações entre os atores visíveis e o funcionamento do sistema político. Em outras palavras, a relação, sempre fechada, de um ator com outros atores: parentesco, amizade, inimizade, solidariedades sociais, relações militares, laços de clientela etc."

A partir dessa constatação, esse autor colocou em evidência a existência de um conflito latente no México do século XIX: uma sociedade regida de acordo com princípios estritamente liberais, que eram violados permanentemente pela realidade social, "o que percebíamos, pois, era uma divergência, um imenso fosso, entre a referência teórica do re-

gime – os princípios democráticos da Constituição liberal ... e a realidade de seu funcionamento", ou seja, eleições manipuladas, liberdades limitadas e Estados controlados. Então, se pergunta Guerra (1988, p.22-4), como Díaz permaneceu na presidência por tanto tempo? As respostas estão nas relações pessoais de poder, manejadas diretamente a partir do Palácio Presidencial por Porfirio Díaz e na sua interação com uma sociedade dividida em "estamentos" que conviviam com a "sociedade moderna" de indivíduos e cidadãos. O *porfiriato* foi a forma acabada de equilíbrio entre esses dois mundos heterogêneos.

Equilíbrio que possibilitou levar adiante a marcha do "progresso" econômico no final do século XIX junto com o aumento populacional, expansão das cidades e com o crescimento de um setor médio, composto por mineiros, pequenos empresários, comerciantes, empregados municipais, entre outros. Mas essa modernização também acabou por agudizar as tensões inerentes da sociedade mexicana: as comunidades, "índigenas ou não", começaram a sofrer uma pressão externa que as ameaçava de privá-las de suas possessões e do grau de liberdade política e jurídica que possuíam; enquanto as elites locais iniciavam um questionamento do regime, que havia limitado e, algumas vezes, impossibilitado sua participação em certas instâncias da administração política. Paralelamente vão criando-se novos espaços de discussão política, como os "clubes liberais", que, segundo Guerra, foram os primeiros núcleos da futura oposição revolucionária.

A Revolução, nesse sentido, não foi resultado exclusivo dos camponeses sedentos por justiça social, ainda que esse elemento estivesse presente, Guerra introduziu um componente político-ideológico, a relação de contradição e posterior ruptura do pacto entre dois tipos de atores, os "antigos" e os "modernos" que, de acordo com o autor, mantiveram-se em relativo equilíbrio em razão da mediação de Porfirio Díaz durante o período em que esteve no poder. Nesse aspecto, Francisco Madero foi um representante paradigmático dessa elite deslocada, que não questionava o liberalismo em si, mas somente reivindicava algumas reformas dentro do próprio sistema. O programa maderista captou precisamente essas necessidades e, em essência, fez um apelo à democracia:

Aquí es donde se forja el éxito de Madero y el carácter de concentración de todas las tendencias y medios que tiene el movimiento antireeleccionista: desde los católicos a los antiguos radicales del PLM, desde los estudiantes a los profesores, desde los grupos intermedios del "nuevo pueblo" a los obreros agrupados en las sociedades mutualistas y en los sindicatos nacientes... este lenguaje transfiere progresivamente la representación

implícita del "pueblo" a Madero, antes de toda elección. Hace, por esto mismo, ilegítimo el poder de Díaz. (Guerra, 1988, t.2, p.341).

Embora o autor não estenda a pesquisa durante o período revolucionário e da reconstrução, seu trabalho nos leva a conjecturar que sua conclusão acerca da Revolução seria a seguinte. Os dez anos de guerra civil no México puseram em evidência as contradições fundamentais que caracterizavam a sociedade mexicana durante a segunda metade do século XIX: por um lado, uma constituição estritamente liberal que legislava uma sociedade – quase imaginária, ideal – de indivíduos, que assegurava as liberdades e os direitos dos cidadãos e que respeitava a independência legislativa e judiciária dos Estados; por outro, um amplo setor da sociedade que se definia como “indígena”, vivia em comunidades que mantinham “direitos” específicos; nestes e noutros âmbitos de poder, o manejo cotidiano da política se fazia por meio de vínculos pessoais, quase corporativos, que afixavam os valores políticos do antigo regime. A Revolução, ainda que resultado da “incompatibilidade momentânea” entre esses dois mundos, não resolveu esses conflitos e nem os governos pós-revolucionários elaboraram um novo sistema político ou social, pelo contrário, a tarefa primordial destes últimos concentrou-se na reconstrução de um regime que pudesse pôr “em marcha uma nova ficção aceita” e que voltasse a estabelecer o equilíbrio entre esses grupos de poder.

A exemplo desses estudos de caráter político, que enfatizam as continuidades sobre as alterações nos resultados da Revolução Mexicana, os trabalhos revisionistas de história econômica reivindicam uma mudança modesta nesse campo. Em geral se afirma que, a longo prazo, a Revolução não reverteu a tendência de concentração da riqueza nas mãos de algumas famílias ou do capital estrangeiro. As empresas criadas na raiz das políticas de abertura *porfiriana* sobreviveram aos levantamentos armados, da mesma forma que problemas, tais como a existência de um mercado interno limitado e altos custos de produção industrial, persistiram; no entanto, também consideram que o impacto da reforma agrária no setor agrícola foi limitado, pelo menos até 1938 durante a presidência de Lázaro Cárdenas (Henderson, 1995, p.237-42).

A revolução resgatada

soy, sin pudor, conservador o antirrevisionista. Es decir, creo que Tannenbaum y su generación captaron el carácter esencial de la revolución de 1910 como movimiento popular y agrario – precursor de la “revolución” éstatista posterior al decenio de 1920. (Knight, 1996a, v.1, p.15)

Essa epígrafe de Alan Knight resume a tendência geral dos últimos livros que se escreveram sobre a Revolução Mexicana – que na sua grande maioria resultaram de uma refinada síntese historiográfica e de uma extensa pesquisa nos arquivos mexicanos e estrangeiros –, sustentados por uma ampla discussão teórica sobre o *status* da Revolução, numa perspectiva comparada, no contexto mundial. Nesse terceiro grupo de trabalhos, selecionamos as obras recentemente publicadas que fazem balanços gerais da Revolução, a partir de uma crítica às tendências revisionistas que tendiam a minimizar a raiz agrária e popular dos levantamentos de 1910. Os autores contemporâneos mais destacados dessa nova geração são: Alan Knight, John Mason Hart e Hans Werner Tobler. Como na maioria dos trabalhos publicados no final da década de 1980, os livros desses autores começam com uma exposição dos anos precedentes à Revolução, o denominado *porfiriato*. Esse retorno analítico ao período 1876-1910 é considerado um recurso metodológico imprescindível para entender as condições socioeconômicas, nas quais viveram os principais atores que compuseram os exércitos revolucionários, assim como o panorama das diversidades ideológicas e regionais desses últimos. Como o objetivo fundamental desses autores é resgatar o caráter eminentemente “agrário” e “popular” da Revolução, eles estabelecem, ao longo de seus livros, uma interessante polêmica com os historiadores “revisionistas” que questionaram essa interpretação.

Hoje em dia é praticamente impossível separar a história da Revolução da análise do *porfiriato*. É por causa da acumulação de uma grande quantidade de trabalhos sobre as condições de vida no campo mexicano durante a era Díaz – numa perspectiva local e regional – que se questionaram “verdades” aceitas sobre os motivos do movimento popular que se iniciou em 1910 nesse país. Em conjunto, esses estudos mostraram que a vida fora das cidades era muito mais complexa. Sabemos que um número considerável de camponeses eram proprietários de pequenas parcelas de terra, que se empregavam temporariamente nas fazendas, como um mecanismo de proteção durante os períodos de seca ou contração econômica; e que, inclusive, aqueles trabalhadores que estavam permanentemente nos grandes latifúndios puderam, por meio de recursos paternalistas, proteger-se durante um contexto de crise conjuntural. Respaldados nesses trabalhos, alguns analistas começaram a questionar uma das bases fundamentais dos primeiros estudos que se escreveram sobre a revolução mexicana: sua raiz agrarista, e com ela certos modelos teóricos que os sustentavam.

De que forma a combinação de dois fatores, centralização política e desenvolvimento econômico, que caracterizaram o período 1876-1910

no México, afetou a classe popular mexicana? Para responder a essa pergunta, Alan Knight não despreza esses novos estudos agrários, mas reafirma que, sobretudo nos primeiros anos do século XX, a pressão sobre os grupos populares cresceu. Além do processo de concentração da propriedade, de um lado, os impostos também penalizavam com mais dureza os setores mais desamparados da sociedade mexicana. De outro lado, as comunidades locais – fossem elas indígenas ou não – sofriam mais intensamente as conseqüências da “intromissão” do governo central nos seus assuntos políticos, situação que os impedia, por exemplo, de eleger seus próprios representantes. Nessa linha de argumentação, esse autor constrói um novo aparato explicativo. Em primeiro lugar, esclarece que a moldura marxista, relativa ao conceito de classe, não serve como modelo para analisar as causas e os motivos da Revolução Mexicana ou para explicar a divisão de tendências internas das facções revolucionárias. Pois, ainda que o México atravessasse um desenvolvimento econômico sem precedentes no século XIX, este não foi suficientemente revolucionário para transformar as relações de produção. A grande maioria da população se dedicava aos trabalhos no campo, e, ainda que em algumas partes do país a agricultura passasse por um processo de mecanização, a divisão social do trabalho permaneceu quase intacta. No norte do México, os trabalhadores das minas, que poderiam haver constituído o “potencial proletariado mexicano”, estiveram muito longe de sê-lo; vários estudos mostraram que os mineiros se empregavam de forma temporária nas minas e que dificilmente abandonavam o trabalho nas fazendas ou nas suas propriedades: “muitos trabalhadores mantinham seus vínculos com a agricultura de subsistência, desse modo, evitavam depender completamente de um salário e do mercado. Esses trabalhadores formavam parte de uma população flutuante que enfurecia a classe média *porfiriana* e os administradores norte-americanos das minas”⁸ (French, 1990, p.238).

Com base nessa constatação, Alan Knight (1993, p.62-5) propõe uma nova divisão teórica dos grupos que tiveram participação destacada na Revolução: a rebelião dos “serranos” e a dos “agraristas”. A primeira recebe essa denominação não necessariamente porque seus membros estavam localizados nas regiões próximas às serras do México, mas porque se encontravam relativamente “independentes” – geográfica e politicamente – do centro administrativo de seus Estados e do

⁸ Sobre o tema da participação dos mineiros na Revolução, ver o excelente debate entre Alan Knight (1983) e François-Xavier Guerra (1981).

país. De acordo com o autor, essas características delinearão suas demandas durante a Revolução, as quais não se limitaram à defesa da reforma agrária, antes questionaram, sobretudo, a ingerência do Estado central nos assuntos políticos de sua comunidade. A segunda categoria abarca os levantamentos daqueles camponeses que haviam perdido suas terras nas mãos dos grandes latifundiários da região, e que se rebelaram com o objetivo primordial de reverter esse quadro. As manifestações exemplares dessas duas tendências podemos encontrá-las, *grosso modo*, no norte e sul do país, nas figuras de Francisco Villa nos Estados de Chihuahua e Durango, e de Emiliano Zapata em Morelos.

Nessa classificação, como se nota, não estão incluídos elementos de classe por vários motivos: de um lado, porque, de acordo com Knight, as relações entre esses grupos não se teceram em razão do espaço que eles ocupavam no sistema de produção; de fato, entre os serranos, por exemplo, podiam estar camponeses sem terra, *rancheros*, pequenos proprietários, *aparceros*, mineiros, “grupos médios” (professores, militares profissionais, estudantes, entre outros). De outro, nem todos os agraristas ou seguidores do zapatismo eram modelos perfeitos do camponês “despojado”, alguns eram pequenos proprietários, como o seu próprio líder. Com base nessas reflexões, esse autor explica a filiação ideológica desses setores aos exércitos revolucionários, por meio dos postulados teóricos do fenômeno do caudilhismo.

Alan Knight identifica quatro programas ideológicos que estiveram em disputa desde o princípio da Revolução até a construção do Estado pós-revolucionário: o velho regime sustentado por figuras como Porfirio Díaz e Victoriano Huerta; os civis liberais representados por Francisco Madero; os movimentos populares liderados por Francisco Villa e Emiliano Zapata; e a síntese nacional na qual se destacaram Venustiano Carranza, Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles. Segundo o autor, tanto serranos como agraristas filiaram-se a um ou outro grupo, durante os quase dez anos que duraram os combates armados da Revolução Mexicana, e esse apoio se definiu muito mais por fidelidades pessoais ou vínculos de autoridade tradicional-carismática entre os membros dos exércitos e seus líderes do que pelo programa político destes últimos. A exceção que merece um destaque especial na análise de Knight é o zapatismo, eminentemente agrário e com um programa de ação previamente definido, o *Plan de Ayala*.

Estabelecidas essas referências gerais, voltemos à questão central defendida por Alan Knight ao longo de seu livro: a Revolução foi agrária, e Carranza, por meio de um governo de síntese nacional, foi o único líder capaz de agrupar diferentes setores da sociedade mexicana, característi-

cas que tanto Zapata como Villa, por causa de seus "localismos", não puderam conquistar. Carranza teve a habilidade para unir aliados políticos centrais durante a fase armada da Revolução e apoio suficiente para manter um exército que fragilizou os levantamentos locais de oposição à sua autoridade. Com essa base, o programa político *carranzista* garantiu, segundo o autor, um certo consenso nacional. Evidentemente que nem tudo foi feito na base da conciliação. Depois de 1915, por exemplo, as rebeliões contra o governo de Carranza foram constantes e ocorreram em diversas regiões do país, mas as respostas do então presidente foram rápidas e violentas, em alguns casos cooptou os líderes locais para anular essas manifestações de oposição, em outros enviou agentes leais à Constituição de 1917 para eliminar essas resistências e controlar os processos eleitorais.

Diante da força dos elementos populares durante o processo revolucionário, fossem estes serranos ou agrários, o governo *carranzista*, assim como os que o sucederam, foram obrigados a incorporar à sua agenda política demandas, como a reforma agrária, e a revestir seu discurso de uma retórica que definia a "revolução de 1910-1917" como a redentora de todos os males do povo mexicano. Mas, como insiste Knight (1996a, v.2, p.1048), durante esse período a reforma agrária foi aplicada "com reticência, às vezes com freqüente desfaçatez, por políticos para quem o agrarismo foi mais uma publicidade e um instrumento do que uma causa. O novo Estado revolucionário sedento de poder satisfaz menos ainda as demandas de autonomia local que eram sustento da rebelião serrana ..." ⁹ Uma vez mais a figura do *jefe* local era protagonista na cena política mexicana. O caciquismo e o corporativismo "pós-revolucionários" – por meio dos quais se intercambiava a realização de algumas demandas populares com adesão ao sistema – estavam na ordem do dia e foram chaves fundamentais para o funcionamento e legitimação do governo que se instaurou depois de 1917, e talvez parte indissociável do sistema político mexicano até hoje.

Apesar dessa conclusão, algo pessimista, Alan Knight insiste no caráter popular da Revolução: ela reverteu a tendência *porfirista* (principalmente dos últimos anos) de concentração da terra, e as fortunas que se formaram nesse período e que sobreviveram aos combates armados tiveram que se recompor de acordo com as regras impostas pelos governos pós-revolucionários. O exército renovou-se, assim como alguns

⁹ Para uma discussão contemporânea acerca do Estado pós-revolucionário mexicano, ver Joseph & Nugent (1994). Esse livro reúne uma série de artigos cujo objetivo principal é desmistificar a noção do Estado como uma entidade autônoma que se gesta independente dos atores sociais, seus autores enfatizam o papel da cultura popular no processo de formação do Estado.

quadros da Igreja. "Portanto, do redemoinho da Revolução emergiu uma nova sociedade, que, comparada com a anterior a 1910, era mais aberta, fluida, móvel, inovadora e orientada para o mercado". O balanço final que nos proporciona Knight (1996a, p.29-30) é que a Revolução Mexicana foi "em algum sentido burguesa ... porque deu um impulso decisivo ao desenvolvimento do capitalismo mexicano e da burguesia mexicana, um impulso que o regime anterior não havia sido capaz de dar". Vale ressaltar que os termos segundo os quais o autor se refere à Revolução como "burguesa" não significam que foi a "burguesia nacional" que conduziu o movimento armado, antes o que Knight busca assinalar é que, a longo prazo, a Revolução permitiu a consolidação de um Estado e de uma economia burgueses. E essa característica não contradiz o fato de que o *leitmotiv* da grande maioria dos personagens "menos famosos" da Revolução fosse essencialmente popular e agrário.

Hans Werner Tobler (1994) é outro historiador que compartilha com Alan Knight o interesse por enfatizar a característica "revolucionária" das transformações sociais e das mudanças políticas que ocorreram no México na segunda e terceira décadas do século XX. O trabalho de Tobler se divide em três grandes blocos, nos quais combinam-se a história narrativa e a estrutural: inicia com o estudo da "modernização" e a crise do *porfiriato*, enfatizando as conseqüências que levaram à ascensão do movimento armado. No segundo segmento, o autor descreve, em ordem cronológica, os principais acontecimentos relacionados com as "guerras civis revolucionárias" de 1910 até o longo processo de estabilização após o assassinato de Carranza em 1920; e, na última parte, Tobler dedica-se à exposição das políticas sociais implementadas pelo "governo revolucionário" durante a "fase tardia da revolução".

O ponto de vista de Tobler sobre as causas da Revolução coincide com outros historiadores contemporâneos no que diz respeito à tendência agrária dos levantamentos iniciados em 1910. O autor destaca que, nos primeiros anos do século XX, alguns grupos sociais começaram a se ressentir dos efeitos do desenvolvimento econômico e da "oligarquização" do Estado sob o comando de Porfirio Díaz. Nesse processo, insiste, os mais afetados foram, de um lado, "os camponeses independentes, que perderam a base econômica de sua existência pela invasão das haciendas às propriedades dos pueblos", e, de outro, os setores médios excluídos do sistema político mexicano, que limitava a "ascensão social no aparato estatal obstruído pela oligarquia dos Científicos e uma economia dominada pelas empresas estrangeiras". A essas duas causas, geralmente aceitas pelos analistas, Tobler (1994, p.108 e 146) inclui uma terceira perspectiva: a participação das potências externas no trans-

curso do processo revolucionário. John Hart, como veremos a seguir, também enfatiza esse elemento.¹⁰

Durante os últimos anos do seu último mandato, Porfirio Díaz tinha plena consciência de que os interesses norte-americanos no México haviam tomado proporções quase incontroláveis. Nas vésperas da Revolução, 50% dos investimentos externos dos Estados Unidos estavam concentrados no México. Diante dessa situação, a administração *porfiriana* procurou abrir o país a outras economias, especialmente à européia e à japonesa. Essas intenções não foram bem recebidas pelo vizinho do Norte, que começava a ver o presidente mexicano como o arquiteto da fragilização da hegemonia econômica dos Estados Unidos na América Latina. As relações diplomáticas entre ambos os países sofreram um ligeiro esfriamento e entre a classe política norte-americana começava-se a propagar a idéia de que era necessária uma alternância de poder ao sul do Rio Bravo.

Essa explicação é consistente com o papel que os Estados Unidos assumiram durante a última presidência de Díaz até o reconhecimento oficial do governo de Venustiano Carranza, no final de 1915. Ao longo dos primeiros anos do século XX, vários grupos adversos ao *porfirismo* refugiaram-se nesse país, onde deram continuidade às suas atividades políticas de oposição. Os *maonistas*, por exemplo, prepararam greves e manifestações contra o regime *porfirista*, e o próprio Francisco Madero proclamou o *Plan de San Luis*, conclamando a população mexicana a levantar armas contra Porfirio Díaz, nos Estados Unidos. Nesse sentido, a posição estratégica dos sublevados na fronteira norte do México permitiu manter um contato direto com os agentes de intercâmbio norte-americanos que os abasteciam de material bélico pelo menos durante os primeiros anos do movimento armado (Raaf, 1988, p.23-46; Mora, 1991).

No debate sobre a catalogação da Revolução Mexicana no marco das revoluções mundiais, Tobler (1994, p.30) afirma que só é possível conhecer os verdadeiros alcances e limites de 1910 e 1920 numa perspectiva de "longa duração", assim como no caso das experiências chinesa e russa, "também no México as reformas institucionais dos anos trinta ... estão em muitos aspectos tão entrelaçadas com os acontecimentos revolucionários de 1910 a 1920 que ... se pode falar de uma continuidade revolucionária".

10 Essa perspectiva já havia sido adotada no livro pioneiro de Friedrich Katz publicado pela primeira vez em espanhol em 1982. Como a maioria dos historiadores, por razões óbvias, enfatizou o papel dos Estados Unidos no transcurso da Revolução, Katz invoca a análise da política externa das potências, especialmente Alemanha, nesse contexto. Nesse sentido, podemos citar outros três livros de destacada importância no tema da "diplomacia revolucionária": Ulloa (1972), Meyer (1991), Flores Torres (1996).

Por esse motivo, o livro abarca a análise das reformas implementadas por Lázaro Cárdenas, que governou o país entre 1935 e 1940.

Durante o processo de consolidação do governo *carranzista*, fortaleceu-se uma nova elite – surgida durante a fase armada da Revolução – cujos principais representantes vinham do Estado de Sonora, localizado ao norte da Cidade do México. As reformas promovidas por esses últimos, denominados *sonorenses*, tinham como meta principal alcançar a estabilização nacional, motivo pelo qual as políticas de cunho social ficaram num segundo plano. Lázaro Cárdenas foi, segundo Tobler (1994, p.406), o responsável pelas principais transformações econômicas e sociais do México após a fase armada, pois ele foi capaz de retomar "certos postulados iniciais da revolução mexicana e só assim foi verdadeiramente capaz de dar também o caráter de uma revolução social". Cárdenas implantou uma vasta reforma agrária em distintas regiões do país, nacionalizou as companhias petrolíferas e seguiu uma política que alguns contemporâneos denominavam "socialista". Tobler insiste em que essas reformas, especialmente em matéria agrária, possibilitaram a tranquilidade e estabilidade do México pelo menos até o início dos anos 60. O sistema *ejidatario*, por exemplo, modelou duas características singulares da sociedade mexicana na primeira metade do século XX. Em primeiro lugar, atrasou o êxodo dos camponeses às cidades durante o processo de industrialização e, em segundo, fortaleceu a "lealdade dos camponeses beneficiados pelo regime ... favorecendo aquela identificação política dos camponeses com o Estado revolucionário" (Tobler, 1994, p.663).

Foi ao final da década de 1960, no entanto, que o sistema político da "revolução institucionalizada" começou a dar os primeiros sinais de sua fragilidade. Segundo Tobler, apesar de suas evidentes "falhas", a rotação do presidente, e com ele a "circulação" de alguns grupos sociais, tinha garantido até esse período uma certa estabilidade social. Situação que contrastava com a história mexicana no transcurso de 1970, quando se fizeram mais evidentes os mecanismos de cooptação de certos setores da sociedade pelo excludente e autoritário sistema *unipartidista*. Esses acontecimentos também foram responsáveis por uma "reinterpretação" da Revolução, fundamentalmente em razão do "desapontamento" com o sistema e com o partido que se dizia "herdeiro dos ideais revolucionários". Nesse período, foram publicados vários trabalhos que questionavam a legitimidade de utilizar o termo "revolução" para um movimento que, em última instância, havia aperfeiçoado o velho regime econômico liberal de Porfirio Díaz. Em 1983, quando Hans Werner Tobler (1994, p.672) dava por acabada sua imensa obra, o autor afirmava que, apesar de podermos identificar vários pontos em comum entre o sistema *porfiriano* e o Estado

pós-revolucionário, é necessário ressaltar algumas especificidades do caso mexicano precisamente à luz de outros países latino-americanos:

Sólo en México se produjo un movimiento revolucionario de masas; sólo aquí tuvo lugar una eliminación política permanente de la oligarquía y el antiguo ejército. Sólo en México se llevó a cabo una reforma agraria que, el contrario de Brasil y Argentina, abarcó un amplio sector de la población campesina, integrándola en el sistema político. En este sentido, el cambio político y social ocurrido en México sí fue mucho más trascendental que en las "revoluciones desde arriba" implantadas en Brasil y Argentina [autor se refere ao varguismo e ao peronismo] ya que ambas, después de una fase de marcada inestabilidad posrevolucionaria, finalmente desembocaron en abiertos regímenes militares.

A pergunta que o leitor obrigatoriamente se faz acerca do livro de Hans Werner Tobler diz respeito à sua periodização. Se a Revolução possibilitou, numa perspectiva de longa duração, a manutenção de um nível relativamente baixo de protestos sociais – até quase trinta anos depois de terminada a sua fase armada –, quando então, segundo Tobler, podemos pôr um término ao movimento revolucionário que se iniciou em 1910? A questão obviamente não tem uma resposta única ou fácil. O autor afirma que, embora o final da presidência de Cárdenas representasse um marco nas reformas sociais mais radicais, a Revolução também fomentou um sistema de partido único que se perpetuou até o ano 2000, e esse fator tem que estar presente em qualquer estudo que pretenda conhecer os alcances e limites de 1910, ao longo do século XX mexicano.

Outro trabalho que devemos mencionar é do historiador e professor da Universidade de Houston no Texas, John Mason Hart, publicado originalmente em inglês em 1987. O primeiro item a ser destacado da obra desse autor é a sua periodização. Como foi citado anteriormente, a retomada da compreensão do período *porfiriato* é fundamental na concepção metodológica de vários autores a partir dos anos 1980. Assim, Hart realiza uma análise detalhada do México no último quarto do século XIX, por entender que é nesse período que ocorre a gestação do processo revolucionário. Sua interpretação utiliza como marco final do movimento revolucionário o governo de Álvaro Obregón entre 1920 e 1924, pois esse dirige o país justamente no momento de vitória de uma nova proposta político-ideológica de tipo nacionalista que vai permear toda a sociedade mexicana durante o século XX.

El régimen mexicano que surgió al cabo de diez años de lucha era de amplia base y viable. Llegó al poder por una fuerza de las armas encabe-

zada por élites provincianas y con jefes en el campo de batalla pertenecientes a la pequeña burguesía. La exclusivista oligarquía porfirista, las élites provincianas rivales, los obreros industriales y urbanos y los campesinos, quedaron todos derrotados en diversos momentos de la lucha y fueron reincorporados al nuevo régimen a través de organizaciones subordinadas a que reconocían la supremacía del nuevo Estado, incluso los estadounidenses se vieron forzados a negociar. (Hart, 1990, p.498)

Seu livro está dividido em duas partes. Na primeira, dedicada ao "antigo regime", Hart analisa as três classes sociais que foram as mais afetadas pelo processo de desenvolvimento econômico e pela entrada de capitais estrangeiros – principalmente norte-americanos – no México durante o *porfiriato*: os camponeses, os artesãos e operários urbanos; a pequena burguesia e as elites provincianas. Essas classes foram as responsáveis pela eclosão da Revolução como uma defesa da soberania, da economia, e dos regimes sociais estatais e locais. Note-se aqui, a despeito da caracterização geral acerca da Revolução Mexicana de Hart, que coincide com Knight e Tobler, que a definição dos atores sociais e, inclusive, o seu papel "revolucionário" são diferentes na concepção desses três autores. Enquanto Hart adota uma interpretação de "classe" para explicar o ação dos principais atores revolucionários, Alan Knight questiona até mesmo a existência de uma classe operária mexicana nas vésperas de 1910. Uma das grandes novidades nesse estudo de Hart é a percepção de uma causalidade mundial de revoluções que ocorreram nesse período em diversos países. Ele destaca os casos do Irã, da China, da Rússia e do México que, apesar de suas peculiaridades nacionais, tiveram traços congruentes:

Las causas de la Revolución Mexicana se repitieron en Irán, China y Rusia. Esos países habían sufrido una continua influencia y abusos del extranjero; sus estados habían colaborado con financieros internacionales con exclusión de los capitalistas nacionales; y también sus élites provincianas y de cada lugar, sus artesanos y campesinos habían sido hechos a un lado en lo social, político, cultura y económico ... El resultado fue un descontento en todas las clases que hundía sus raíces en el nacionalismo económico y político, de donde se siguió la intranquilidad de las masas y por fin la revolución. (Hart, 1990, p.265-6)

A segunda parte de sua obra é dedicada ao processo revolucionário em si, dividido em três fases. A primeira é definida como a crise das elites e mobilização das massas, período que vai de 1910 a 1914. A segunda é entendida como o período de confrontação das classes, intervenção estadunidense e derrota dos *desposeídos* entre 1910 a 1916, e a terceira

caracteriza a síntese das elites e reorganização sociopolíticas balizadas entre 1914 e 1916. Segundo Hart, a sucessão de movimentos armados que ocorreram no México a partir de 1910 constituiu três revoluções. A primeira foi o levante agrário comandado por chefes como Pancho Villa e Emiliano Zapata, que – baseados na tradição – lutaram pela autonomia política e pela restauração dos direitos das comunidades sobre a terra, bosques e águas. A segunda foi uma revolta que teve um espectro mais nacional, apoiada pela pequena burguesia e pelas elites provinciais e comandada por Francisco I. Madero, Venustiano Carranza, Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles. Estes últimos foram os principais responsáveis pela consolidação de um Estado nacional de tipo moderno, que foi capaz de combinar benefícios coletivos e propriedade privada por meio da cooptação de líderes camponeses e operários a fim de dar estabilidade e legitimidade a esse processo. Uma terceira, que ficou entre as duas, foi uma incipiente revolução proletária que refletiu uma resistência ao avanço dos métodos industriais. Esses operários buscavam controlar as fábricas e expulsar os capitalistas nacionais e estrangeiros. Uma parte desse grupo apoiou Carranza e Obregón (Pacto Carranza Casa del Obrero Mexicana) e considerou os camponeses reacionários.

Todas essas “revoluções” tiveram como base uma forte dose de defesa da soberania nacional – tanto no âmbito econômico como no político e cultural – cristalizada numa política nacionalista de combate à presença do capital norte-americano que controlava as ferrovias, a mineração e grande porcentagem das terras. Com base em estudos que revisaram a Revolução Mexicana, John Hart mostra que ela não foi apenas uma luta por objetivos agrários, mas um movimento muito mais complexo, que englobou também questões políticas. Finalmente, esse autor adota uma proposta mais universal do conflito, enfatizando as peculiaridades de seu contexto nacional e, ao mesmo tempo, contextualizando seus vínculos com a problemática do capitalismo mundial em uma nova etapa de divisão social da produção e do imperialismo.

No limiar do século XXI...

Na reflexão final deste artigo, não podemos deixar de fazer referência aos acontecimentos recentes da vida política mexicana: por um lado, pela primeira vez, desde a fundação do Partido Nacional Revolucionário (posteriormente denominado Partido Revolucionário Institucional) em 1929, assiste-se a uma renovação partidária no poder executivo do México, por outro, temos o surgimento de um grupo revolucionário denomi-

nado Ejército Zapatista de Liberación Nacional, o EZLN, que reivindica a memória e as bandeiras de luta de um dos principais protagonistas da Revolução Mexicana.

É bem provável que a eleição presidencial de julho de 2000 passe para a história como o pleito mais importante que ocorreu nesse país nos últimos anos, e que esse acontecimento represente uma nova guinada nos estudos a respeito da Revolução Mexicana. Ainda não sabemos quais heróis revolucionários serão resgatados pelo sistema. No dia 15 de setembro de cada ano, é tradição no México que se comemore a independência da Nova Espanha perante os *realistas* com festas populares, cujo momento mais importante é uma repetição simbólica do acontecimento considerado o marco inicial da insurreição *novohispana*. Em setembro de 1810, o padre Miguel de Hidalgo convocou a população da pequena Dolores, no Estado de Guanajuato, para lutar contra o mal governo – no caso, o império napoleônico que havia invadido a península –, tocando um sino aos gritos de “*Muera el mal gobierno, viva el Rey, viva Nuestra Señora de Guadalupe*”. Na comemoração atual, o presidente da república, desde o *zócalo* da cidade do México,¹¹ recria os gestos de Hidalgo dando vivas às principais personagens da guerra de independência e também a outras figuras destacadas da história mexicana. Assim, dependendo da orientação política deste ou dos setores que o secundaram, vão-se aderindo novos nomes aos vivas já “institucionalizados”, e entre eles alguns heróis da revolução de 1910.

A alternância de poderes e o surgimento desse novo sujeito social, o EZLN, vão seguramente afetar a relação do Estado com o imaginário e com toda a simbologia que envolve esta e outras festas populares no país como um todo. No próximo 15 de setembro, o futuro presidente da República recordará os heróis antigos, mas seguramente irá resgatar outras personagens do panteão mexicano. O discurso institucional se nutrirá de novos símbolos e renovadas figuras, num país onde política e história estão intimamente entrelaçadas. A alternância de partidos e com ela a orientação dos financiamentos para certos projetos de pesquisa, a renovação dos temas dos concursos públicos e o resgate de certos arquivos e documentos irão convidar a uma nova interpretação do passado mexicano. A Revolução e os acontecimentos decorrentes dela, como a *Guerra Cristera* ou a trajetória dos partidos que se opuseram ao *priismo*, serão

11 *Zócalo*, nome dado no México à parte central da praça maior e central de algumas povoações e, por extensão, a praça inteira. Na Cidade do México, é nessa praça onde se encontram o Palácio Nacional, sede do governo federal, e a Catedral do México, duas das principais instituições mexicanas.

observados por outras lentes e preocupações. Não há como prever consequências mais profundas, no que se refere à história, para um país cuja população se preocupa tanto por preservar sua memória; e seja quais forem estas, a historiografia do passado mexicano em geral e da Revolução em particular se verá influenciada, tão-somente, pelas novas perspectivas.

BARBOSA, C. A. S., LOPES, M. A. de S. The historiography of the Mexican Revolution in the 21th century threshold: general tendencies and new perspectives. *História (São Paulo)*, v.20, p.163-198, 2001.

■ **ABSTRACT:** This article aim to discuss, on a broader perspective, the main historiographic tendencies about the Mexican Revolution. The paper is divided in three parts in which the authors describe, in a chronological order, core books published during the 20th century by Mexican and foreigners scholars, that have as subject the exposition of the Mexican revolutionary process, as well, books and articles that reviewed the theoretical postulates on the subjects. As a general conclusion we consider that the main point of discussion between scholars was, and is, the agrarian features of the Revolution and the post-revolutionary governments social agenda.

■ **KEYWORDS:** Mexican revolution; Historiography; Revolution; Latin America.

Referências bibliográficas

- AGUILAR CAMIN, H., MEYER, L. *A sombra da Revolução da Mexicana*. São Paulo: Edusp, 2000.
- AGUILAR CAMÍN, H. *La frontera nómada: Sonora y la revolución mexicana*. México: Siglo XXI, 1977.
- ALIMONDA, H. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Moderna, 1986.
- ALTMANN, W. *A trajetória contemporânea do México*. São Paulo: Pensieri, 1992.
- CHEVALIER, F. Un factor decisivo de la revolución agraria de México: el levantamiento de Zapata (1911-1919). *Cuadernos Americanos (México)*, v.CXIII, n.6, nov.-dic., 1960.
- CHEVALIER, F. *La formación de los latifundios en México: tierra y sociedad en los siglos XVI y XVII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- COCKCROFT, J. D. *Percusores intelectuales de la revolución mexicana*. México: Siglo XXI, 1994.
- CÓRDOVA, A. *La ideología de la Revolución Mexicana*. La formación del nuevo régimen. México: Ediciones Era, 1992.

- CORREIA, A. M. M. *A Revolução Mexicana 1910-1917*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DICCIONARIO HISTÓRICO Y BIOGRÁFICO DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA. México: INEHRM (Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana), 1994, 8t.
- FALCÓN, R. *Revolución y caciquismo*. San Luis Potosí, 1910-1938. México: El Colegio de México, 1984.
- FLORES TORRES, O. *Revolución Mexicana y diplomacia española*. Contrarrevolución y oligarquía hispana en México, 1909-1920. México: INEHRM, Secretaría de Gobernación, 1995.
- FOWLER-SALAMINI, H. The Boom in Regional Studies of the Mexican Revolution. *Latin American Research Review (Albuquerque)*, v.28, 1993.
- FRENCH, W. *Peaceful and Working People: The inculcation of the Capitalist Work Ethic in a Mexican Mining District (Hidalgo District, Chihuahua, 1880-1920)*. Austin, 1990. PhD thesis. The University of Texas at Austin.
- GILLY, A. *La revolución interrumpida*. México: Era, 1994.
- GUERRA, F.-X. La révolution mexicaine: d'abord une révolution minière? *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations (Paris)*, v.36, n.5, 1981.
- _____. *México*. Del antiguo régimen a la revolución. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- HART, J. M. *El México revolucionario - gestación y proceso de la revolución mexicana*. México: Alianza Editorial Mexicana, 1990.
- HENDERSON, P. V. N. Recent Economic and Regional Histories of the Mexican Revolution. *Latin American Research Review (Albuquerque)*, v.30, n.1, 1995.
- HERZOG, J. S. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. Los antecedentes y la etapa maderista. México: Fondo de Cultura Económica, 1969. v.1.
- JOSEPH, G. M., NUGENT, D. *Everyday Forms of State Formation*. Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico. Durham: Duke University Press, 1994.
- KATZ, F. *La guerra secreta en México*. México: Editora Era, 1982. 2t.
- _____. Pancho Villa y la Revolución Mexicana. *Revista Mexicana de Sociología (México)*, v.51, n.1, 1989.
- _____. Pancho Villa, los movimientos campesinos y la reforma agraria en el norte de México. In: BRADING, D. (Comp.) *Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- _____. Los motivos agrarios de la Revolución en Chihuahua. In: PALAFOX, R. et al. (Coord.) *Las formas y las políticas del dominio agrario*. Guadalajara: Editorial Guadalajara, 1992.
- _____. *The Life and Times of Pancho Villa*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- KNIGHT, A. La Révolution Mexicaine: révolution minière ou révolution serrano? *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations (Paris)*, v.38, n.2, 1983.

- KNIGHT, A. Caudillos y campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: BRADING, D. A. (Ed.) *Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- _____. *La Revolución Mexicana*. Del porfiriato al nuevo régimen constitucional. México: Grijalbo, 1996a. 2v.
- _____. *La Revolución Mexicana: ¿Burguesa, nacionalista, o simplemente una gran rebelión?*. *Cuadernos Políticos (México)*, n.48, 1996b.
- KRAUZE, E. *Caudillos culturales en la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1994.
- MEYER, L. *El rebelde del norte*. Pascual Orozco y la Revolución. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1984.
- _____. *Su majestad británica contra la Revolución Mexicana, 1900-1950*. El fin de un imperio informal. México: El Colegio de México, 1991.
- MORA, G. Recent Works on the 1910 Revolution in the Mexican North. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos (México)*, v.7, n.1, 1991.
- RAAT, D. *Los revoltosos*. Rebeldes mexicanos en los Estados Unidos. 1903-1923. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- RONZÓN LEÓN, J. *Los orígenes de la historiografía mexicana contemporánea*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1994.
- RUIZ, R. E. *The Great Rebellion*. Mexico, 1905-1924. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1980.
- SIMPSON, E. N. *The Ejido Mexico's Way Out*. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 1937.
- TANNENBAUM, F. *The Mexican Agrarian Revolution*. New York: The Macmillan Company, 1929.
- _____. *Peace by revolution*. New York: Columbia University Press, 1968.
- TOBLER, H. W. *La Revolución Mexicana*. Transformación social y cambio político. 1876-1940. México: Alianza Editorial, 1994.
- ULLOA, B. *La revolución intervenida*. Relaciones diplomáticas entre México y los Estados Unidos. México: El Colegio de México, 1972.
- VILLA, M. A. A. *Pancho Villa*. O herói desfocado. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Francisco "Pancho" Villa*. Uma liderança da vertente camponesa na Revolução Mexicana. São Paulo: Ícone, 1992.
- _____. *A Revolução Mexicana (1910-1940)*. São Paulo: Ática, 1993.
- WASSERMAN, M. The Mexican Revolution: Region and Theory, Signifying Nothing? *Latin American Research Review (Albuquerque)*, v.25, n.1, 1990.
- WOMACK, J. *Zapata y la Revolución Mexicana*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994.